Governo do Estado do São Paulo
Secretaria da Saúde

MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FEDERAL	ANO	ESTADUAL
Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 **(Lei dos Estrangeiros)** *Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.* (disciplina vistos para estrangeiros em viagem cultural ou em missão de estudos)	**1980**	
Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 *Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.*	**1990**	
Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 *Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências*. (concede isenção de impostos às Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação -ICTs)		
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 *Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.*	**1993**	
Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 *Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.*	**1994**	
Lei nº 9.727, de 14/05/1996 *Regula Direitos e Obrigações Relativos à Propriedade Industrial*	**1996**	
Lei nº 9.279, de 15/06/1996 **(Lei de Propriedade Industrial)** *Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.*		
Decreto nº 2.553, de 16/04/1998 *Regulamenta os arts. 75 e 88 a 93 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*.	**1998**	
Lei nº 9.610, de 04/09/1998		

(Lei de Direitos Autorais) *Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.*		
Decreto nº 3.201, de 06/10/1999 *Dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996.*	**1999**	
Lei nº 10.196, de 14/02/2001 *Altera e acresce dispositivos à Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.*	**2001**	
Decreto nº 4.533, de 19/12/2002 *Dá nova redação aos arts. 1o , 2o , 5o , 9o e 10 o do Decreto nº 3.201, de 6 de outubro de 1999, que dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14/05/1996*	**2002**	
Lei nº 10.973, de 02/12/2004 *Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.*	**2004**	
Decreto nº 5.563, de 11/10/2005 *Regulamenta a Lei nº 10.973, de 02/12/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.*		
Lei nº 11.196, de 21/11/2005 *Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital.*	**2005**	
Decreto nº 5.798, de 07/06/2006 **(Lei do Bem)** *Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005.*	**2006**	
	2008	**Resolução SS nº 26, de 26/02/2008** *Institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, define diretrizes gerais para o seu funcionamento.*
		Resolução SS nº 174, de 18/11/08 *Dispõe sobre a designação de Membros e Secretária Executiva para o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.*
		Lei Complementar nº 1049, de 19/06/2008 **(Lei Paulista de Inovação)** *Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo no Estado de São Paulo.*

Lei nº 12.091, de 12.091 de 11/11/2009 *Acrescenta inciso VII ao § 2o do art. 81 da Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores nos créditos das obras audiovisuais*	**2009**	**Decreto nº 53.963, de 21/01/2009** *Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação e dá providências correlatas.*
		Decreto nº 54.690, de 18/08/2009 *Regulamenta dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 1.049 de 19/06/2008, que dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico , à engenharia não rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo no Estado de São Paulo*
	2010	**Decreto nº 56.569, de 22/12/2010** *Cria os Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs, no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado de São Paulo - ICTESPs, das Secretarias de Estado que especifica e dá providências correlatas*
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 *Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC*	**2011**	
Decreto nº 7.646, de 21/12/2011 *Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, e dá outras providências.*		**Resolução SS nº 45, de 18/05/2011** *Altera os Artigos 2º e 3º da Resolução SS-26, de 26/02/2008, que institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, e dá outras providências.*
Portaria Interministerial, nº 652 ,de 14/9/2012 *Estabelece as prioridades da política industrial e tecnológica nacional, para promover e incentivar o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e em entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltados para atividades de pesquisa,mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento.*		.**Resolução SS nº 53, de 10/05/2012** *Institui um Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências*
Portaria Interministerial, nº 686 ,de 2/10/2012 *Institui parceria entre os Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação para cooperação técnica na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científicos, tecnológico e de inovação em áreas de interesse da saúde humana, por intermédio da integração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e constitui Comissão Técnica Interministerial*	**2012**	
Portaria MCTI nº 868, de 21/11/2012 *Estabelece os requisitos para a aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários nas áreas de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e os procedimentos para o acompanhamento de sua implementação, para efeitos do Decreto nº 7.603, de 09/11/2011*		
Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012		

Dispõe sobre (...) o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico		
	2013	**Portaria IP nº 23 de 25/11/13** *Designa membros técnicos do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, do Instituto Pasteur*
		Portaria IAL nº 23, de 06/12/13 *Designa os membros para comporem o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, do Instituto Adolfo Lutz*
		Portaria IB, de 10/12/13 *Designa membro para exercer a função de Responsável Técnico, no Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT*
	2014	**Decreto 60.286 de 25/03/2014** **(SPAI)** *Institui e regulamenta o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI e dá providências correlatas*
Decreto nº 8.269, de 25/06/2014 *Institui o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento e seu Comitê Gestor*		**Portaria SUCEN nº 64, de 15/04/14** *Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de adotar os procedimentos necessários junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação para a criação do NIT na SUCEN*
Portaria nº 715, de 16/07/2014 *Estabelece procedimento de análise dos Formulários para Informações sobre as atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica – FORMP&D, enviados pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais disciplinados pelo Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem), regulamentado pelo Decreto n° 5.798, de 07/06/2006.*		
Portaria nº 788, de 05/08/2014 *Dispõe sobre a criação de Comitês de Auxílio Técnico para auxiliar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em atividade de natureza consultiva relacionadas à política de fomento à inovação tecnológica, disciplinada no Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem), regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 07/06/2006.*		
Emenda Constitucional nº 85, de 27/02/2015 *Altera e adiciona dispositivos na constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.*		
Lei nº13.123, de 20/05/2015		

(Acesso ao Patrimônio Genético)
Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16/03/1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23/08/2001; e dá outras providências.

Portaria nº 308, de 08/05/2015

Institui a Comissão de Avaliação e Acompanhamento visando aferir a adequação e pertinência de projetos e programas em ciência, tecnologia e inovação.

E C nº 85, de 26 de fevereiro de 2015

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

2015

Portaria nº 704, de 11/08/2015

Dá nova redação ao artigo 4º da Portaria nº 577, de 04/06/2014, relativo ao Comitê de Coordenação do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.

Portaria IAL nº 17, de 08/07/15

Dispõe sobre a nova designação para Membros do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Adolfo Lutz

Medida Provisória nº 694, de 30/09/2015

(Lei do Bem)
Altera a Lei nº 9.249, de 26/12/1995, para dispor sobre o imposto sobre a renda incidente sobre juros de capital próprio, a Lei nº 10.865, de 30/04/2004, e a Lei nº 11.196, de 21/11/2005, para dispor sobre os benefícios fiscais do Regime Especial da Indústria Química e para suspender, no ano-calendário de 2016, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 19, 19-A e 26 desta Lei

Decreto nº 61.418 de 10/08/2015

(SPAI)
Acrescenta Disposição Transitória ao Decreto nº 60.286, de 25 de março de 2014, que instituiu e regulamentou o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI

Decreto nº 61.492 de 17/09/2015

Institui procedimento para apresentação, análise e teste de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, encaminhadas pela iniciativa privada mediante provocação do Poder Público, e dá providências correlatas

Resolução Governamental de 16/10/2015

Designa os indicados para comporem as Comissões de Análise das Soluções Inovadoras

Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera as legislações relacionadas.

2016

Decreto nº 62.016, de 10/06 /2016

Institui, junto à Secretaria de Governo, o Comitê Gestor do Projeto "São Paulo: Inovação Aberta em Saúde", integrante do MoU – Memorando de Entendimento - assinado em outubro de 2013, entre o Governo do

Estado de São Paulo e o Reino Unido e dá providências correlatas

Resolução de 10/06/16

Designa, nos termos do § 3º do art. 2º do Dec. 62.016, de 10-6-2016, os indicados para comporem o Comitê Gestor do Projeto São Paulo: Inovação Aberta em Saúde.

Portaria nº 254, de 13 /01/2017

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Portaria DG/IAL nº4, de 11/01/2017

Estabelece princípios , diretrizes, orientações e bases normativas Para a Política da Gestão da Propriedade Intelectual do Instituto Adolfo Luitz

Instrução Normativa nº 70, de 11/04/2017

Estabelecer o procedimento administrativo de averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de transferência de tecnologia e de franquia, na forma da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996.

Portaria HCRP nº44, de 06/03/2017

Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, diretamente subordinado à Superintendência, caracterizado como órgão técnico incumbido de gerir a política de inovação do Hospital.

Portaria DG/IAL nº 11, de 05/05/2017

Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Adolfo Lutz – NIT-IAL IAL

Portaria nº 2.544, de 12 /05/2017

Institui o Conselho Consultivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Portaria IP nº 5, de 15/05/2017

Reorganiza a composição do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT—do Instituto Pasteur

Portaria nº 3.008, de 1º/06/2017

Estabelece arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica —NIT– e suas respectivas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais Integrantes

Decreto nº 62.597, de 25/05/2017

Reorganiza o Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo e dá providências correlatas

Portaria ILSL nº 15, de 08/06/2017

Designa os membros para comporem o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT - do Instituto Lauro de Souza Lima.

2017

Portaria IP nº 7, de 19/06/2017

Política de Gestão de Propriedade Intelectual do Instituto Pasteur

Comunicado IP S/N 2017

Política para Gestão de Projetos do Instituto Pasteur Este documento tem a finalidade de estabelecer as diretrizes adotadas pelo Diretor Técnico do Instituto Pasteur para avaliação e gestão de projetos a serem desenvolvidos pelo Instituto Pasteur

Portaria nº 4.349, de 03/08/2017

Dispõe sobre os procedimentos para a prestação de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), sobre os seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, bem como para a análise dessas informações, e para o oferecimento de contestação e recurso ao resultado da referida análise.		**Portaria IDPC nº 14, de 03/08/2017** *Constitui a Comissão Técnico-Científica, também denominada Conselho Executivo composto pelo Responsável Técnico e por membros nomeados pela diretoria do IDPC representantes dos seis subnúcleos.* **Portaria IDCP nº 14, de 03/08/2017** ***REPUBLICAÇÃO***
Portaria nº 1.367-SEI, de 04/08/ 2017 *Autoriza o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a instituir e manter, nos mesmos termos já definidos nas Portarias anteriores, por 18 (dezoito) meses, a partir da publicação, a experiência piloto de trabalho remoto com fundamento no §6°, do art. 6°, do Decreto n° 1.590 de 10 de agosto de 1995.*		**Decreto nº 62.817 de 04/09/2017** *Regulamenta a Lei federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, no tocante a normas gerais aplicáveis ao Estado, assim como a Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008, e dispõe sobre outras medidas em matéria da política estadual de ciência, tecnologia e inovação*
Decreto nº 9.283, de 7/02/2018 Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.		
Portaria nº 2.851, de 10/06/2019 Institui Grupo de Trabalho para propor melhorias à gestão do emprego dos benefícios fiscais decorrentes da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem).		
Decreto nº 9.947, de 31/07/2019 *Altera o Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, que regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os art. 17 ao art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.*	**2019**	
Portaria nº 5.082, de 25/09/2019 Altera a Portaria nº 2851/2019 e concede novo prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho para propor melhorias à gestão do emprego dos benefícios fiscais decorrentes da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem).		
Decreto nº 10.057, de 14/10/2019 Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia .		

Documento elaborado pela equipe técnica do Centro de Documentação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Última atualização: outubro/2019